

A SOCIOLINGUÍSTICA E A COMPREENSÃO DO AUTISMO

Vanessa Franco Neves (UNEF)

nessinhafranco09@outlook.pt

Karinna Steves de Andrade Oliveira Ramos (UNIFLU)

karinnasteves@hotmail.com

Neiva do Amaral Lemos Haddad (UNIFLU)

doamaral@gmail.com

RESUMO

A pesquisa busca compreender de que forma a sociolinguística pode contribuir na aquisição da linguagem de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e como se dá a integração destes alunos no ambiente escolar, a partir de uma revisão de literatura com os autores Rescola (1997), Bakhtin (1929) e De Vito (1995), buscando o conhecimento do tema e as leis vigentes. A pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória e pretende, por meio de entrevistas estruturadas, obter informações acerca do autismo pelo viés da psicologia e da nutrição, a fim de relacionar esses dois campos da ciência com o processo de aquisição da linguagem do aluno. A partir da coleta de dados, foi possível constatar que a linguagem é inerente ao ser humano e que ela se constrói por meio da interação social; porém esta é a maior dificuldade que apresenta o autista. Por meio das entrevistas, entendeu-se a necessidade de uma equipe multidisciplinar em todo o processo de aprendizagem do autista, para que ele possa se desenvolver no ambiente social no qual está inserido. Compreende-se, assim, a importância dos estudos sociolinguísticos, ao possibilitar que outras áreas também contribuíssem para a compreensão e desenvolvimento da linguagem no autista.

Palavras-chave:

Autismo. Inclusão. Sociolinguística.

ABSTRACT

The research seeks to understand how sociolinguistics can contribute to the acquisition of the language of a student with Autism Spectrum Disorder (ASD), as well as the integration of these students in the school environment, from a literature review with the authors Rescola (1997), Bakhtin (1929) and De Vito (1995), seeking knowledge of the subject and the law in force. The research has a qualitative approach, exploratory procedure, and seeks through structured interviews to obtain information about autism through psychology and nutrition, in order to relate these two fields of science with the student's language acquisition process. From the data collection, it was possible to verify that the language is inherent to the human being, and that it is built through social interaction; however, this is the greatest difficulty that the autistic person presents. Through the interviews, it was understood the need for a multidisciplinary team in the whole learning process of the autistic person, so that he can develop in the social environment in which he is inserted.

Keywords:

Autism. Inclusion. Sociolinguistic.

1. Um novo olhar sobre o transtorno do espectro autista (TEA)

Dentre os grandes desafios apresentados à sociedade humana, um deles é o autismo. Pode parecer que, quanto mais o tempo passa, mais autistas nascem no mundo; mas talvez o autismo sempre tenha existido, porém, com menor repercussão. É a tecnologia de hoje, cada vez mais aprimorada, que nos fornece informações acerca do assunto e nos aproxima dos mais variados indivíduos, em todas as partes do mundo.

O autismo é classificado como um estado mental patológico, em que o indivíduo possui a tendência de encerrar-se em si mesmo, ficando assim, alheio às coisas ao seu redor; as interações sociais são desenvolvidas com anormalidade, assim como a comunicação e o comportamento.

O termo “autismo” surgiu em 1943, quando o psiquiatra austríaco Leo Kanner publicou, na revista *Nervous Children*, onze casos de crianças que apresentavam duas semelhanças: o extremo isolamento desde o início da vida, e uma obsessão pela mesmice. Há que se pensar nas possíveis causas que originam o autismo, dentre elas, as condições genéticas – o fato de a mãe ter tido rubéola durante a gravidez – e desordens neurológicas. A questão é que o autismo não possui cura, apenas intervenções que visam minimizar os sintomas e auxiliar o desenvolvimento da criança.

O autismo é, de fato, um grande desafio não só para os familiares, especialmente os pais que estão diretamente ligados à criança, que precisam compreender os sintomas característicos: dificuldade de socialização, de comunicação, tendência ao isolamento, movimentos repetitivos e agressividade; mas toda a sociedade. Destaca-se aqui o ambiente escolar, pois se a casa é o primeiro espaço de convívio das crianças, a escola é o segundo espaço e merece total atenção por parte de todos que mediam o processo educativo. Sabe-se hoje, que ser professor exige muito esforço e dedicação, tanto individual quanto coletiva. E pensar em educação inclusiva exige muito mais, pois é preciso aprender a lidar com o outro que apresentem características atípicas se comparadas a outras crianças.

Neste contexto, surge a necessidade de conhecer um pouco mais sobre o Transtorno do Espectro Autista, bem como compreender como se processa sua relação com o professor e os demais membros da comunidade escolar, visto que, depois da família, a escola é um importante espaço para que o educando se desenvolva, preparando-se para o convívio em sociedade.

Diante disso, busca-se através desta pesquisa qualitativa, realizar uma revisão de literatura sobre o que já foi pesquisado no campo do TEA com relação às práticas educativas, para compreender de que forma a sociolinguística pode contribuir no processo de integração de alunos autistas no espaço escolar. A pesquisa é de cunho exploratório buscando por meio de entrevistas estruturadas com profissional da psicologia e da nutrição, para obter melhores informações acerca do autismo. A pesquisa busca trazer à tona a importância de entender mais sobre os discentes, e ao mesmo tempo, fomentar a discussão acerca da necessidade de se redesenhar os ambientes escolares, ao observar o que prevê a legislação para a educação destes alunos.

1.1. A aquisição da linguagem no autista

A linguagem é constituinte de todo ser humano e sua principal função é a comunicação. Comunicar-se é perceber a si mesmo no mundo e a existência de um outro. A linguagem é, portanto, uma ferramenta social utilizada nas interações sociais. Ela pode ser definida como um sistema convencional de símbolos arbitrários que são combinados de modo sistemático e orientado para armazenar e trocar informações (NOGUEIRA ET AL, 2000).

De acordo com Marcondes (2014, p. 299) a linguística constitui a área de conhecimento – estabelecida no século XX, com o intuito de conferir caráter científico aos estudos da linguagem verbal. No que diz respeito à sociolinguística, termo originado em 1964, na Universidade da Califórnia (UCLA), tem como objeto de estudo a fala do sujeito na sociedade. Há, portanto, um conflito entre a norma padrão e a comunidade de fala (LABOV, 1966). Para explicar o que é a fala, Caputte & Accardo (1991) caracterizam-na quanto à articulação, ressonância, voz, fluência / ritmo e prosódia. As alterações, que daí surgem, situam-se entre os mais frequentes problemas do desenvolvimento da linguagem.

Sabe-se que a linguagem é construída desde a primeira infância, por meio de gestos, expressões faciais, contatos visuais e balbuciações. Aí se encontra o desejo de comunicar-se. De acordo com Rescorla & Mirak (1997) a linguagem resulta de uma interação, entre a capacidade

biológica inata de cada indivíduo e a estimulação ambiental, evoluindo à medida que se dá o desenvolvimento neuropsicomotor.¹⁰⁶

Para que o processo de aquisição da linguagem ocorra, é necessário que o sujeito desenvolva em si quatro sistemas interdependentes: o pragmático – o uso social da língua; o fonológico – percepção e produção de sons para a formação de palavras; o semântico – significado das palavras; e o gramatical – regras sintáticas e morfológicas. Dessa forma, tanto a linguagem e sua forma, que podem ser expressadas por meio de forma não verbal é tão importante quanto o conhecimento das regras gramáticas que formam frases e orações.

Ao buscar entender como se dá o processo de aquisição da linguagem no autista, é preciso antes esclarecer alguns conceitos. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de ordem neurológica, que afeta uma em cada 160 pessoas no mundo, e sua prevalência se dá em meninos. De acordo com o DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais), o TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que emerge no decorrer da primeira infância, caracterizando-se por atraso no desenvolvimento da linguagem, repetição antecipada ou tardia de respostas (Ecolalia) e apresentação de sensibilidades sensoriais incomuns. Estas características são definidas pelo DMS-V a fim de nortear os profissionais da saúde, a nível mundial, sobre o diagnóstico. E também os profissionais da educação, que estão à frente do processo educativo desses indivíduos.

Alguns dos comprometimentos relacionados à linguagem são: o contato visual direto, a expressão facial, posturas e linguagem corporal; no TEA a palavra é sempre entendida de forma literal. Além de déficits na reciprocidade social, e comportamentos não-verbais de comunicação. Com todas essas dificuldades, a linguagem implica, muitas vezes, a dificuldade de inclusão de um indivíduo com TEA, pois as habilidades sociais e pragmáticas são déficits presentes no Tea, e elas estão diretamente ligadas à fala no contexto social. Isto causa prejuízos na emissão e recep-

¹⁰⁶ O desenvolvimento neuropsicomotr (DNPM) é definido como um processo de mudanças no comportamento motor de um indivíduo e que está interligado com a idade. Esse processo de mudança é muito importante para o ser humano, pois quando o recém-nascido (RN) nasce, o seu sistema nervoso central (SNV) ainda não está completamente desenvolvido e em consequência disso, ele é totalmente dependente das pessoas que fazem parte do seu convívio. Portanto, é a partir da sua estimulação, tanto sensorial, quanto motora, que o seu desenvolvimento ocorrerá e se manterá em constante evolução, auxiliando também no seu processo de aprendizagem (SILVA *et al.*, 2010).

ção de mensagens, e em seu rendimento sócio-acadêmico (DSM-V, 2014).

Segundo Bakhtin (1929), a linguagem é resultado da criação coletiva que se dá no diálogo entre o “eu” e o “outro”. E a partir disso, é na interação social que se funda a realidade fundamental da língua. Como então, o autista pode ser inserido em seu lugar de fala, se em um grau elevado, não consegue situar-se no mundo como primeira pessoa (a instância do Eu)? O autista elabora sua fala por meio de processos cognitivos que são inerentes à sua condição e permeados por suas vivências, portanto, é um processo individual.

Para Geraldi (1995), a linguagem é fundamental no desenvolvimento de toda e qualquer pessoa humana. É por meio da linguagem que o indivíduo compreende o mundo em que vive e age nele. E Franchi (1976) ressalta que a fala é muito mais que adquirir um conjunto de regras. A fala demonstra a necessidade de manifestação das experiências humanas, sendo, portanto, um trabalho. Mas para que a linguagem se desenvolva, o indivíduo precisa ter um interesse subjetivo em interagir com o outro – o que falta no autista –; a criança deve se disponibilizar a brincar, e possuir um sistema sensório-motor íntegro – audiovisual e visomanual; além de ser inserida em um meio onde a língua é autorreferenciada (ALBANO, 1990).

Muitos pesquisadores dizem que um dos sintomas do autismo, é que a criança fala sozinha, sem intenção de comunicar-se. Porém, Lier-De-Vitto (1995) explica que qualquer criança, em seu processo de aquisição da linguagem, fala sozinha, sem o intuito de interação, pois faz parte do processo. É um ensaio para o desenvolvimento da linguagem como um todo. O autista, por apresentar características específicas e por um longo período de tempo, é visto pela educação, como um caso perdido, em que deve tentar aprender em escolas especiais – destinadas a crianças com o que podemos considerar com “transtornos invasivos de desenvolvimento” (KLIN, 2006). Então, perde-se a chance de integrar as crianças típicas às autistas, para que elas em suas singularidades possam aprender por meio da interação e da mediação feita pelo professor. Corroborando com esse pensamento, Fernandes (2006) diz que cada autista exige uma compreensão específica, pois a entrada do sujeito na linguagem ocorre de maneira singular.

A partir das características autísticas, como a ecolalia e protonarrativas, é possível perceber que o autista permanece em um estágio pri-

mitivo de aquisição, por um tempo superior às outras crianças, por causa das suas dificuldades, mas não é por isso que a aquisição não possa ser desenvolvida. A ecolalia pode ser entendida como uma tentativa primitiva de manter contato social (OLIVEIRA, 2001). A criança repete aquilo que ouve, fazendo eco da palavra ou da frase. Às vezes, parece fora do contexto, mas no fundo, pode ser identificado uma vontade de se comunicar. Já as protonarrativas são tentativas iniciais de narrar, que de acordo com Perroni (1992) a capacidade de narrar pode ser vista como provinda da linguagem da criança que aos poucos vai assumindo seu lugar na comunidade linguística.

1.2. Redesenhando um novo ambiente escolar

Muito se fala em educação inclusiva, no direito igualitário, no combate ao preconceito, na possibilidade de se obter uma comunidade em que todos saibam conviver com todos. Mas a realidade ainda está longe de se tornar aquilo que dizem as leis. A escola, quando recebe um aluno autista, não promove a inclusão se falta estrutura para isso. Nesse quesito, é preciso conhecer o autismo, suas características, o que o aluno portador de TEA precisa para se sentir incluído e para que a aprendizagem ocorra.

Há casos em que o aluno precisará de uma sala com poucos alunos para entender melhor o conteúdo. Portanto, faz-se necessária a adaptação do ambiente, já que salas grandes podem assustá-lo, além de não ter tanto suporte, pois, o professor não conseguirá estar perto do aluno a todo instante. Além disso, pelo fato do aluno autista possuir grande sensibilidade a ruídos, o aumento do barulho em sala de aula irá incomodá-lo, prejudicando seu rendimento escolar, o que pode gerar inconvenientes em sala de aula, atingindo os outros alunos.

A presença de um mediador também é importante para todo o processo. Se a escola não buscar entender os autistas, a sala de aula nunca será adequada a eles, não porque são incapazes de aprender, mas porque falta senso de humanidades nas pessoas. Além das dificuldades estruturais, outro desafio enfrentado é a carência de material humano, isto é, de professores e de outros profissionais capacitados a fim de promover uma educação inclusiva. Mas, por que será que faltam educadores qualificados?

No que diz respeito às práticas pedagógicas, estas revestem-se de uma “violência simbólica” decorrente da imposição de uma cultura e um poder arbitrário, que valorizam a língua dominante em detrimento das outras formas de linguagem. É assim que o discurso depende de dois elementos, o signo de autoridade que é marcado pela riqueza, obediência e estrutura social, e o constituinte de sentido. Somente com os estudos posteriores, Bordieu registra a abordagem social da linguagem ao dialogar com o pragmatismo, trazendo a proposta de que a língua é uma fala social.

A ideia de uma língua dominante e de uma norma padrão levam os indivíduos ao preconceito linguístico, que é marcado pela presença de estereotipia, ideias prontas, fixas e preconceituosas. Quando isso acontece, o aluno não é visto como o principal, mas sim como mais um que precisa se encaixar às regras da escola. Dessa forma, a escola tem um grande papel a cumprir no que tange à inclusão de alunos autistas. De acordo com Mollet al (2004):

[...] Os diretores de escola precisam debater teoricamente e assumirem-se como coordenadores do projeto pedagógico da escola; revisar práticas administrativas e pedagógicas no sentido de realizar as mudanças necessárias para a inclusão e a aprendizagem de todos os alunos (MOLL *et al.*, 2004)

A partir disso, cabe também à escola como um todo, investir na especialização de docentes e funcionários sobre não só o autismo, mas a todas as diversidades e como agir diante de cada uma delas, pois todos aqueles que trabalham em um ambiente onde se dá o processo de ensino–aprendizagem, também estão implicados no processo de educação, seja direta ou indiretamente.

Em muitas escolas ainda há a utilização de salas especiais, destinada aos alunos condenados por suas falhas de “aprendizagem, de atitude, de vontade, de conhecimento familiar; os alunos eram recebidos neste ambiente quando necessitavam de uma proposta pedagógica diferenciadas (MOLL *et al.*, 2004). Por meio dos estudos desses pesquisadores, foi revelado que a escola estudada conseguiu extinguir as classes especiais, e aos poucos, os alunos foram reenturmados. E quando houve uma reunião com as escolas especiais, iniciou-se um movimento migratório de seus alunos para as escolas regulares, o que ampliou o conceito de inclusão.

Dessa forma, para incluir todos os alunos, de forma que a aquisição da linguagem ocorra, é necessária uma atitude de escuta. Os professores e funcionários devem ouvir alunos e pais, e buscarem um novo

jeito de olhar as diferenças; que elas possam ser fontes de saberes, ao invés de impeditivos da aprendizagem.

Ao detectar as dificuldades que a turma, que o aluno em si apresenta, o professor, quando se empenha, torna-se capaz de promover a dinâmica entre material pedagógico e aluno, pois cabe ao professor efetivar o processo de inclusão. Incluir o educando não é colocá-lo em uma sala de aula com os demais e deixar que ele faça atividades produzidas exclusivamente para ele, mas sim adaptar as atividades para que todos possam fazer juntos, pois ao participar de atividades interativas, a comunicação será favorecida. Porém, isto só é possível quando há a observação, o diálogo, a negociação e a avaliação de si mesmo, da sala de aula, da turma, do aluno, por parte do professor, que retroalimenta o seu agir.

De acordo com Vasconcelos (*Apud* MOLL, 2004), não existe uma escola perfeita para o autista, pois, cada autista possui características únicas, o que faz com que o ambiente escolar seja sempre adaptado e readaptado de acordo com as necessidades e dificuldades. Portanto, a melhor escola é aquela aberta para receber, aceitar e reformular, a fim de que ocorra a inclusão. Um outro fator é a necessidade da escola trabalhar em conjunto com os profissionais especializados, reformulando não só a estrutura física, mas também os conteúdos e a alimentação, pois tudo isso implica no processo de aprendizagem.

A partir do que foi exposto, urge a necessidade de se redesenhar os ambientes escolares de forma que cumpram o seu papel, não só de promover a inclusão dos portadores de TEA, como de prepará-los para exercerem a sua cidadania.

1.3. As consequências do descumprimento da legislação

A maioria das escolas públicas não possuem planejamento pedagógico ou recursos para os alunos com TEA, muito menos a figura do professor especialista para dar apoio ao professor regente, como prevê a Lei nº 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esta lei fez com que os autistas passassem a ter direito a todas as políticas de inclusão do País – entre elas, as de educação. Esta lei foi criada exclusivamente para os autistas, pois antes dela, os autistas não podiam usufruir dos benefícios que já existiam na legislação brasileira (NUNES, 2013).

O Art. 208 da Constituição Federal – Capítulo IV – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei nº 12.764/12 defendem os direitos desta parte da população, mas a aplicabilidade delas pode ser considerada insuficiente. A priori, espera-se que a qualificação dos profissionais da educação, envolvidos no atendimento a portadores do Espectro Autista, seja a primeira ação institucional no sentido de promover a adequada inclusão dos alunos nas redes escolares regulares.

A seguir, algumas leis gerais que contemplam o autismo:

1) Lei Federal: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Consultar os artigos relacionados às pessoas com deficiências; Arts 7º, XXXI; 23, II; 37, VIII); 2) Lei nº 8.069/90, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”; 3) Lei nº 9.394/96, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

Estas são algumas leis que contemplam o autismo, e é importante que todos tenham acesso a elas, a fim de lutarem por seus direitos, principalmente o direito à educação.

2. Campo de pesquisa

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, no que diz respeito aos objetivos, ela se classifica como exploratória, pois, buscou-se, por meio de entrevistas, obter informações sobre o autismo nos campos da psicologia e da nutrição. As duas entrevistas seguiram uma estrutura, por meio de um roteiro estabelecido previamente.

2.1. Entrevista com profissional

Renato Vieira é psicólogo da APAPE (Associação de Pais de Pessoas Especiais) e concedeu essa entrevista para tratar do assunto autismo, auxiliando aqueles que necessitam de apoio. Para melhor entendimento, segue as siglas E para entrevistador e R para Renato.

E: O que é o TEA (Transtorno do Espectro Autista) e quais são seus graus?

R: O TEA é uma condição ou modo de ser característico de pessoas com dificuldades / alterações que afetam o seu desenvolvimento, por exemplo: dificuldade de interagir socialmente, como manter o contato visual, reconhecer uma expressão facial, gestos, expressar as próprias emoções e fazer amigos; dificuldade na comunicação, optando pelo uso repetitivo da

linguagem e dificuldades para começar e manter um diálogo; alterações comportamentais, como manias próprias, interesse intenso em coisas específicas e dificuldade de imaginação (...) Essas dificuldades /alterações que podem ser desde motoras e sensoriais até de percepção e intelectuais podem ocorrer isoladamente e ser de baixa intensidade. Logo, o “grau” de comprometimento desta pessoa vai depender do grau de intensidade com que estas alterações se apresentam no indivíduo. Fala-se em autismo leve, moderado e grave. No autismo leve, apresentam-se dificuldades para iniciar a relação social com outras pessoas e pouco interesse em interagir com os demais, apresentando respostas atípicas ou insucesso a aberturas sociais. Em geral, apresentam dificuldades para trocar de atividades e problemas de planejamento e organização. No autismo grave existem déficits bem mais severos em relação à comunicação verbal e não verbal, além de dificuldades notórias para iniciar uma conversação com graves prejuízos de funcionamento.

E: Como esses pacientes costumam se comportar? Quais os maiores obstáculos do dia-a-dia?

R: A forma como os autistas se comportam varia ao infinito. Cada um vai desenvolver manias e comportamentos próprios que guardam relação mais com seu modo de ser enquanto uma pessoa única. O que quero dizer é que quando o autista apresenta comportamentos dito clássicos, como: falta de contato visual, comportamentos repetitivos como bater ou balançar as mãos, dificuldades em fazer pedidos usando a linguagem, irritabilidade ao contato físico, etc; ele não está se comportando como um autista, ao contrário, está se comportando como só ele poderia se comportar dentro de um contexto de alterações sensoriais, intelectuais, motoras... Quando o autista não olha nos olhos de outra pessoa pode ser que ele não consiga compreender expressões faciais altamente complexas para ele, fazendo com que se angustie por não se conectar às pessoas, se interessando com o tempo mais em objetos do que em pessoas; mas pode ser que outra pessoa autista com essa mesma dificuldade se comporte de forma diferente. E pode ser que a mesma pessoa mude sua forma de se comportar em relação a alguma dificuldade. Por isso é muito pouco só falar dos comportamentos clássicos, posto que existem autistas com modos de ser que pouco se assemelham ao autista clássico. (...) Os maiores obstáculos do autista no dia-a-dia são as dificuldades de compreensão, apreensão e adequação à forma como funciona o mundo dos símbolos, da linguagem, dos relacionamentos, etc; assim, não sabendo comunicar / elaborar o que sentem, o que precisam, o que querem... Há também obstáculos gerados pelas alterações sensoriais como não suportar escovar os dentes, vestir certos tipos de tecidos, serem abraçados, estarem em público, hiper / hipossensibilidade a luz, som, tátil, etc;

E: Qual a importância do trabalho da APAPE e dos psicólogos para esses pacientes?

R: A importância do trabalho da APAPE se dá em diversos contextos. No contexto do “tratamento”, onde existe uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, psicopedagogos, terapeutas-ocupacionais, fonoaudiólogos, arte-terapeutas, musicoterapeutas, etc. No contexto da aborda-

gem, a equipe trabalha através de recursos lúdicos, utilizando temas mensais como páscoa, carnaval, natal, festa junina; buscando incluir os usuários de forma controlada nos movimentos culturais mais populares da sociedade, oferecendo-lhes um senso de inclusão social e cultural. No contexto grupal, há todos os dias, momentos e espaços de convivência, como café da manhã, almoço, lanche, atividades recreativas, onde eles aprendem a conviver em tais momentos, no que tange à convivência com pessoas diferentes, com necessidades diversas e a se comportar em tais ocasiões. E na minha opinião, aí está um fato chave: a convivência, a socialização, permitir que os usuários desenvolvam em ambiente controlado ferramentas próprias para lidar com o seu mundo e o mundo “das outras pessoas”. É neste ambiente que elas testam suas ferramentas e as aperfeiçoam. Um ambiente onde todos são iguais, pois fora da instituição infelizmente a realidade é outra. Além disso, trabalha-se também na diminuição da sobrecarga familiar no trato com certas condições - através de palestras e oficinas com os pais e responsáveis, do desenvolvimento das AVDs – Atividades da Vida Diária, da autonomia e qualidade de vida.

E: De que forma podemos ajudá-los?

R: Buscando sempre formas de compreendê-los, ajudando-os a se compreenderem, seja através da ajuda especializada de uma equipe que atenda às necessidades deles, seja se apropriando desse universo através de livros, sites, vídeos, conteúdos e afins. Buscando sempre uma forma nova de lidar com problemas aparentemente incontornáveis, pois sempre surgirão novas situações. Lembre-se: o mundo de alguns autistas pode ser um caos, devido a seus problemas sensoriais que são nossa primeira ferramenta de contato com o mundo (visão, audição, tato, olfato, paladar, percepção), e mais os problemas de linguagem, instrumento pelo qual nós damos sentido a tudo que existe, inclusive as sensações e percepções. Portanto, em alguns casos, o desafio será severo, necessitando resiliência. E para quem aceita o desafio, uma possível recompensa: a de compreender o quão profundo pode ser os sentimentos das pessoas e pouca importância dávamos a isso.

3. Resultados alcançados

A partir da pesquisa bibliográfica, foi possível constatar que a linguagem é construída desde a infância e que ela ocorre por meio da interação, sendo de suma importância a estimulação ambiental para o desenvolvimento dos diferentes níveis de linguagem. O DSM-V define o autismo, traz suas características, diagnósticos e tratamento, servindo de base para os profissionais da saúde. A entrevista realizada com o psicólogo Renato Vieira corrobora com a definição que está contida no DSM-V. Ele também fala sobre a intensidade do grau de autismo, que varia entre leve e severo. É exatamente esta variação que marca a individualidade do ser humano e o leva a diferentes níveis de entendimento da lin-

guagem. Bakhtin ao dizer que a linguagem é resultado da criação coletiva, afirma a necessidade do dialogismo, da interferência do outro, das práticas sociais. O psicólogo entrevistado também discorre sobre a principal característica do autismo ser a dificuldade de se comunicar / se socializar. Esta dificuldade só pode ser identificada a partir da tentativa que se percebe no autista em se manifestar, mesmo que consigo mesmo. Isto se relaciona à fala de Franchi, ao dizer que a fala é antes, a necessidade de se manifestar, mas que o seu desenvolvimento também da vontade que o indivíduo apresente, isto é, é preciso que haja a intenção de comunicar-se.

A segunda pergunta da entrevista objetivou-se compreender como os autistas se comportam, e quais são seus maiores desafios no dia a dia. Para entender melhor, segue a tabela abaixo:

Singularidade do autista:	Comportamentos Clássicos:
Alterações sensoriais.	Falta de contato visual.
Alterações motoras.	Movimentos repetitivos.
Alterações intelectuais.	Dificuldades em fazer pedidos.
O comportamento pode ser alterado.	Desenvolvimento tardio da linguagem.
Cada autista se comporta de uma forma única em um número de possibilidades.	Irritabilidade quando há contato físico.

Fonte: o próprio autor.

Desafios no dia a dia:
Dificuldades de compreensão e adequação ao mundo.
Dificuldades em compreender como funciona o mundo dos símbolos, da linguagem, e do social.
Obstáculos nas relações sociais, percepção e autoconhecimento.
Obstáculos gerados pelas alterações sensoriais: dificuldade em escovar os dentes, vestir certos tipos de roupa, comer certos tipos de alimento (por causa da textura, cheiro e cor).

Fonte: o próprio autor.

Dessa forma, é possível perceber que apesar de existirem as características clássicas do autismo, não se deve generalizar quanto à melhor forma de se relacionar com um autista, pois cada indivíduo possui sua singularidade e sua forma de se comportar no mundo. No que diz respeito aos desafios, é importante que se tenha a compreensão de cada um deles, a fim de buscar estratégias e alternativas para lidar com as dificuldades do dia a dia. Dessa forma, como foi exposto por Moll, cabe à escola fazer uma reformulação das práticas pedagógicas, a fim de atender a todos.

Tanto na revisão de literatura quanto na entrevista com o psicólogo foi descoberto o papel da APAPE e da equipe multidisciplinar em todo o processo de aprendizagem do autista. Assim, cabe também relacionar o processo de nutrição, que implica na aquisição da linguagem, ressaltando que, ao fazer esta mediação entre linguagem e sociedade, é preciso compreender que, sem a presença de outras áreas da ciência, não é possível que haja de fato o desenvolvimento completo. Pois, como foi relatado pela nutricionista, certos tipos de alimentos geram um processo inflamatório no intestino, e este, ligado ao cérebro, provoca alguns dos sintomas clássicos, como a dificuldade de interação. Portanto, há que se trabalhar em conjunto.

4. Conclusão

Por meio desta pesquisa foi possível compreender que a sociolinguística – linguagem e sociedade – pode contribuir para a aquisição da linguagem no autista, a partir de uma percepção mais abrangente do TEA. É necessário que os educadores busquem conhecer, de fato, o autismo, suas relações e co-relações com outras áreas, ligadas à saúde, psicologia, nutrição; pois, todas devem trabalhar em conjunto que para que o autista possa se desenvolver linguisticamente, assumindo seu espaço de fala no contexto social.

Em relação às leis inclusivas, foi verificado que existem muitas e que são aplicáveis, porém, o que falta é o engajamento das pessoas em prol de uma maior movimentação e vontade de transformar as escolas regulares em escolas inclusivas, onde todos convivem e aprendem juntos. Pois, como poderia se falar em desenvolvimento social, separando-se os indivíduos a cada dificuldade ou diferença que apresentasse? Assim, esta pesquisa demonstrou a importância dos estudos da sociolinguística, principalmente em relação, dando possibilidades e novos meios de desenvolver a linguagem no autista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, E. C. *Da fala a linguagem tocando de ouvido*. Martins Fontes. São Paulo, 1990.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1990. 123p. (Título original, 1929)

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1976.

BRASIL. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24/10/2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL, Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 24/10/2020.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24/10/2020.

CAPUTTE, AJ; ACCARDO, PJ. Language Assessment. In: Caputte AJ, Accardo PJ, editors. *Developmental and Disabilities in Infancy and Childhood*. Baltimore: Paul H Brookes Publishing Co.; 1991. p. 165-79

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 200.

CUNHA, E. *Autismo e Inclusão: Psicopedagogia Práticas Educativas na Escola e na Família*. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

DELFRATE, C. D. B.; SANTANA, A. P. D. O.; MASSI, G. D. A. (2009). A aquisição de linguagem na criança com autismo: um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 14(2), p. 321-31. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722009000200013&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10/10/2020.

DSM-V. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*: DSM-V (American Psychiatric Association – M.I.C. Trad. de Nascimento et al., 5. ed.; Porto Alegre: ArtMed, 2014.

FERNANDES, F.M. Análise de funções comunicativas expressas por terapeutas e pacientes do espectro autístico. *POÓ-FONO – Revista de atualização científica*, v. 18, n. 3, p. 239-48, setembro-dezembro, 2006.

FRANCHI, C. *Teoria funcional da linguagem*. Tese de Doutorado, IF-CH- Unicamp, 1976.

GERALDI, J.W. *Portos de Passagem*. Martins Fontes. São Paulo, 1995.

KLIN, A. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 28, supl. 1, São Paulo, 2006.

LABOV, W. *The stratification of English in New York city*. Washington, D. C., Center for Applied Linguistics, 1966.

LIER-DE-VITTO, M. Sobre a interpretação. *Caderno de estudo linguísticos*, p. 9-15, jul/dez, Campinas, 1995.

MARCONDES, C. F. *Dicionário da Comunicação*. 2. ed. São Paulo, Paulus, 2014.

MOLL, Jacqueline. *Ciclos na escola, tempos na vida*. Artmed, 2004.

MOUSINHO, R. O falante inocente: Linguagem pragmática e habilidades sociais no autismo de alto desempenho. *Rev. Psicopedagogia* 2010; 27(84), p. 385-94. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psi_coped/v27n84/v27n84a08.pdf. Acesso em: 20/10/2020.

NOGUEIRA, S; FERNÁNDEZ, B; PORFÍRIO, H; BORGES, L. A criança com atraso na linguagem. *Saúde Infantil*. 2000; 22(1), p. 5-16.

NUNES, F. Autismo e atuação política: reflexões sobre a mobilização de familiares de pessoas com autismo no Rio de Janeiro. *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência*, 2013. Acesso em: 23/10/2020. Disponível em: http://www.memorialdainclusao.org.br/ebook/Textos/Fernanda_Cristina_Ferreira_Nunes.pdf

OLIVEIRA, M. T. *Ecolalia: Quem fala nesta voz?*. Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. PUC-SP. São Paulo, 2001.

PERRONI, M. C. *Desenvolvimento do discurso narrativo*. Martins fontes, São Paulo, 1992.

RESCORLA, L; MIRAK, J. Normal language acquisition. *Bodensteiner JB, editor*. Seminars in Pediatric Neurology. Philadelphia: W. B. Saunders Co.; 1997. p. 275-92.

SCHIRMER, C. R., FONTOURA, D. R.; NUNES, M. L. Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem. *Jornal de pediatria*, 80(2),

95-103, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572004000300012&script=sci_arttext. Acesso em: 20/10/2020.